



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO
ADMINISTRATIVO SECITECI-PRO-2025/03083

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de minhas atribuições legais, em atendimento ao art. 32 e parágrafos da Lei Federal 13.019 de 31 de Julho de 2014 e suas alterações, determino a publicação da justificativa apresentada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre a Dispensa de Chamamento Público com vista a celebração de Termo de Fomento, conforme justificativa apresentada:

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECITECI - CNPJ Nº: 58.129.869/0001-10 e a INSTITUTO DOS CEGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-ICEMAT, inscrita no CNPJ nº. 14.914.071/0001-04.

OBJETO: Estabelecimento de Fomento Nº 2087-2025 entre as partes, em regime mútuo, para a realização da parceria com objeto: “Necessidades Educacionais da Pessoa com Deficiência Visual: Uma proposta de Formação Docente”, com objetivo promover ações de formação continuada voltadas a professores da educação básica, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e alunos universitários do Estado de Mato Grosso, com foco nas necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência visual, visando qualificar as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar.

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIGÊNCIA: aproximadamente 08 (oito) meses com data final para 07/04/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 20 da Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014; Art. 19, IV da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/CGE nº. 001.2016; Decreto Estadual nº. 1.336 de 30 de março de 2022 e Instrução Normativa nº. 005/2022/SECITECI/MT.

JUSTIFICATIVA: Trata-se de justificativa de dispensa de chamamento público para a formalização de Termo de Fomento entre o INSTITUTO DOS CEGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-ICEMAT para a realização da parceria com objeto: “Necessidades Educacionais da Pessoa com Deficiência Visual: Uma proposta de Formação Docente”, com objetivo promover ações de formação continuada voltadas a professores da educação básica, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e alunos universitários do Estado de Mato Grosso, com foco nas necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência visual, visando qualificar as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar.

É a síntese do necessário, manifestamos!

A Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 que “*estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (...)*”, em seu artigo 17 diz que: “*Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros*”, mais adiante, no artigo 24 do mesmo diploma legal, é determinada a regra para que sejam realizados os termos de parceria com as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, senão vejamos: “*Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.*”. O Estado de Mato Grosso, com a edição da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº. 01/2016 também regulamentou as diretrizes, normas e procedimentos para celebração de parcerias entre a administração pública estadual e as organizações da sociedade civil, fez constar no artigo 4º que: *Art. 4º O termo de fomento será a modalidade adotada pela administração pública estadual em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil, em regime*



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI

de mútua cooperação com a administração pública estadual, selecionadas por meio de chamamento público, ressalvadas as exceções previstas nesta instrução normativa. Assim, com redação idêntica do artigo 30 da Lei nº. 13.019/2014: diz o artigo 19 da mencionada Instrução Normativa Conjunta que: *Art. 19. A administração pública estadual poderá dispensar a realização do chamamento público: I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias; II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social; III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança; IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no SIGCon.* (Nova redação dada ao inc. IV pela I. N. Conj. 07/16) (sem destaques no original) Também, no art. 20, caput, da mesma normativa, estabelece a possibilidade da não exigência do chamamento público, quando se tratar de hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria: *Art. 20. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.* A proposta em análise foi apresentada pelo Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso-ICEMAT em conjunto com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI/MT), tendo como objeto o desenvolvimento do projeto “Necessidades Educacionais da Pessoa com Deficiência Visual: Uma proposta de Formação Docente”, que contempla o curso inovador no setor científico e tecnológico promovendo um avanço no desenvolvimento de pessoas com deficiência visual para que possam aprender uma nova habilidade e se inserirem no mercado de trabalho de TI. Trata-se de um objeto de natureza educativa inovadora, cuja execução demanda especialização técnica, notório conhecimento e experiência técnica. A OSC em questão detém reconhecida atuação na área pois em seu portfólio demonstra as ações no desenvolvimento do esporte paraolímpico no Estado de Mato Grosso recebendo Títulos nacionais de Goalball da Série B, a conquista do Bicampeonato regional Centro-Norte, além disso a instituição oferece um curso para pessoas com deficiência visual para a capacitação em informática mostrando realmente a capacidade e infraestrutura da organização para agregar as pessoas com deficiência. A execução do projeto, além de alinhada à política pública, encontra-se no escopo das competências da SECITECI/MT, conforme dispõe o art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 612/2019, especialmente no que se refere à promoção da educação científica, à valorização da identidade regional e à inclusão por meio da cultura e da inovação. Ademais, ainda temos a o dispositivo da Art. 10. Decreto Federal n 8.726/2016 “§ 2º A administração pública federal poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. Assim, resta caracterizada a inviabilidade de competição, em razão da singularidade do objeto e da capacitação do INSTITUTO DOS CEGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-ICEMAT para sua execução, atendendo aos requisitos legais previstos no art. 30 da Lei nº 13.019/2014 e na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/2016, sendo legítima a inexigibilidade do chamamento público para a celebração da parceria, sob a modalidade de Termo de Fomento, com a OSC proponente. Diante do exposto, conclui-se que há interesse público devidamente demonstrado entre o proponente e a secretaria, está comprovada a



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI

capacidade técnica, organizacional e está configurada a hipótese legal de inexigibilidade de chamamento público (art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014), tendo a presente justificativa amparo legal para execução do projeto proposto pelo do INSTITUTO DOS CEGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-ICEMAT, que se encontra capacitada, habilitada e possuindo a prévia experiência para execução do presente objeto proposto com a inexigibilidade do chamamento público, estando presente também o atendimento aos devidos requisitos legais, tanto os que dizem respeito às funções e os requisitos exigidos nos casos de dispensa, como almejada nestes autos, quanto para a adoção de Termo de Fomento pela Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – SECITECI/MT. Encaminhem-se os autos para providências administrativas necessárias à formalização da parceria, nos termos da legislação vigente. **CONCLUSÃO:** Ante ao exposto, a presente justificativa encontra amparo, pois fica **assegurado o interesse público** no desenvolvimento dos trabalhos propostos pelo INSTITUTO DOS CEGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-ICEMAT, se encontra **capacitada e habilitada** para execução do presente objeto proposto com dispensa de chamamento público, estando presente também o atendimento aos devidos requisitos legais, tanto os que dizem respeito às funções e os requisitos exigidos nos casos de dispensa, como almejada nestes autos, quanto para a adoção de Termo de Fomento pela Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – SECITECI/MT.

PRAZO DE IMPUGNAÇÃO: Fica estipulado o prazo de 5 (cinco) dias para eventual impugnação desta **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**. Art. 32, § 2º da Lei 13.019/2014.

Allan Kardec Pinto Acosta Benitez
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITECI/MT